

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo - PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Ferraz de Vasconcelos Sub-região Leste

Data: 08 de junho de 2016

Local: Câmara Municipal

Av. Dom Pedro II, 234 - Centro

Horário: 19h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes presentes

Institucionais

Prefeitura Municipal

Prefeito Municipal de Ferraz de Vasconcelos - José Izidro Neto

Secretário de Planejamento - Antônio Carlos dos Santos

Secretário de Saúde - Ricardo Fabiano

Secretária do Verde e Meio Ambiente - Vanessa de Paula Campos e Silva

Consórcio de desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê - Audrey Rodrigues

Câmara Municipal

Vereador - Luis Tenório de Melo

Vereador - Cláudio Campos Moreira

Vereador - Juracy Ferreira da Silva

Emplasa

Fabiana Coelho

Marcel Francisco Veiga

Mariana Yamamoto Martins

Sociedade Civil - ver lista de presença

A Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos sediou ontem a 2ª audiência municipal de mobilização do PDUI na Sub-região Leste da RMSP. A mesa foi composta pelo

prefeito de Ferraz de Vasconcelos, José Izidro Neto, pelo secretário de Planejamento, Antônio Carlos dos Santos, pelo vereador Luis Tenório de Melo, por Audrey Rodrigues, representando o Condemat, e Fabiana Coelho, assistente técnica da Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano).

Fabiana explicou o Estatuto da Metrópole e o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, apresentando e simplificando os conceitos técnicos do Plano. Em seguida, apresentou o filme institucional do PDUI, para ilustrar a matéria, e reforçou a importância da participação de todos, lembrando que em breve serão realizadas oficinas de trabalho e audiências regionais para que, até o final deste ano, se chegue ao conteúdo básico do Projeto de Lei a ser enviado à Assembleia Legislativa do Estado. Fabiana orientou os participantes a acessarem a plataforma digital do Plano (www.pdui.sp.gov.br), onde estão disponibilizadas as propostas e os documentos do PDUI-RMSP, além da memória das audiências de mobilização realizadas.

O destaque da noite foram as áreas de interesse ambiental, entre outros temas discutidos pelos presentes, com perguntas abordadas e esclarecidas.

Debate

P - Evaristo: Quando se fala em desenvolvimento na Sub-região Leste, todos falam em construção de parques industriais e como Ferraz de Vasconcelos está dentro da Bacia do Alto Tietê e é uma área agrícola e no Plano Diretor foi pensado como área mista eu pergunto: Como fazer esse desenvolvimento ser autossustentável respeitando a vocação da região de proteção ambiental?

R - Fabiana: O plano vai ser participativo e vai levar em consideração todos os Planos Diretores e os planos específicos existentes para cada Sub-região. Nós sabemos que a região do Alto Tietê é uma região muito agrícola e muito importante não só para a própria região, mas para a RMSP como um todo e quando se fala em desenvolvimento pode sim se entender que é algo mais industrial, mas não, o desenvolvimento é o crescimento mais harmônico, igualitário, levando em consideração não só indústrias, mas também o cinturão agrícola e tudo isso está sendo levado em consideração sim. Há todo um diagnóstico da região, nós fazemos reuniões com o próprio consórcio do Alto Tietê, e o próprio Alto Tietê está envolvido na elaboração de propostas. Eu peço a participação da sociedade civil, para não deixar que questões que são importantes para vocês de repente não sejam contempladas, por isso é necessária a participação de todos. Deve - se chegar a um consenso que envolva todos de maneira participativa. O próprio macrozoneamento que está sendo desenvolvido deseja evidenciar as especificidades de cada região, o que deve ser potencializado e quais são os problemas de cada região que devem ser resolvidos. A questão agrícola esta em evidência até por conta das questões ambientais que estão se perdendo por conta da urbanização desenfreada. O próprio Estatuto da Metrópole leva em consideração a proteção ambiental e o Alto Tietê será levado em consideração nas discussões.

P - Fátima: Eu participo dos trabalhos de monitoramento da qualidade das águas dos rios da Bacia do Alto Tietê, trabalho especialmente no monitoramento do Córrego Ijima

e o que eu vejo é que na nascente do córrego deveria ser um corredor ecológico, mas o lugar está se transformando num setor industrial. Neste plano vai entrar a APA? Como esse plano vai ajudar a preservação da qualidade das águas?

R - Fabiana: No processo de desenvolvimento do produto Macrozoneamento haverá a criação de áreas estratégicas para o desenvolvimento da RMSP. Nos Grupos de trabalho, mais especificamente no GT de Meio Ambiente, já foi citada a intenção de criar uma área de interesse estratégico na região, na APA Várzea do Rio Tietê, pois ela é uma área de interesse metropolitano e vemos que a pressão nesta área é muito grande. Porém, propostas como estas, sobre a APA, ainda não foram encontradas na Plataforma do PDUI e o Plano deve conter essas áreas de relevante interesse ambiental, por isso é importante que questões como essa sejam levadas até a Plataforma para que sejam abordadas nos grupos de trabalho e nas Oficinas.

P - Audrey Rodrigues : Para passar para a população, caso algum munícipe queira participar e não tiver a possibilidade de ter um acesso ao site do PDUI, quais são as outras alternativas? Com a divisão das áreas do território metropolitano no Macrozoneamento surgiu uma dúvida que é a seguinte: vai mudar também as divisões das 5 sub-regiões?

R - Fabiana: Não, isso não muda. A divisão em Sub-regiões foi estabelecida por lei e não muda. Isso, porém, não significa dizer que todos os municípios dentro de uma sub-região devem se relacionar na elaboração de propostas, mas sim aqueles que mais se assemelham ou que possuem interesses parecidos. A maneira para a organização destes municípios é que deve ser estudada e pode variar, seja por meio da organização por meio de consórcios, por meio de algumas subdivisões. Lembrando que para quem não tem acesso à internet, pode se dirigir à Prefeitura e solicitar a ajuda de algum técnico para acessar à Plataforma, não deixem de participar.

P - Vereador Juracy: Eu ainda não estou muito familiarizado com esse plano mas temos aqui um problema muito grave que é a invasão por uma urbanização descontrolada avançando na área de proteção e preservação dos mananciais no nosso município e nos municípios vizinhos, conhecida como Cambiri, frente a gravidade desta ocupação, dos aterros clandestinos, pergunto se é cabível um projeto desses municípios (com ajuda do CONDEMAT e de outros órgãos) como sugestão de uma ação pública, inclusive com a participação do Estado, para começar a discutir um problema dessa natureza, que talvez seja o mais violento em nossa região?

R - Fabiana: Com certeza, só de envolver vários municípios da região já é uma demanda de natureza metropolitana. Por isso os municípios que estão sofrendo com esse problema tem que se manifestar para que o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, como um instrumento de planejamento, crie propostas e projetos, com ações prioritárias para investimentos. As propostas são feitas na Plataforma PDUI. Esse plano tem que ser elaborado até o final de 2016, dessa maneira, este é o instrumento e o momento de discutir todos os problemas. E ninguém melhor que o Governo local para apontar quais são as suas necessidades, levar elas ao conhecimento e lutar pela integração de todos os entes da federação para resolver

determinada questão. Então, receber essa sugestão de projeto, até mesmo uma sugestão de articulação é necessário, por isso quanto mais vocês se organizarem no levantamento de informações e de como vocês querem que este projeto seja desenvolvido é melhor e isso será discutido e levado ao Governo do Estado, afinal o processo de elaboração do PDUI é participativo, envolvendo os três entes federativos, a além da sociedade civil. Esperamos a proposta na Plataforma do PDUI.

P - Vereador Juracy: A Emplasa daria uma assessoria técnica nesse sentido? Na elaboração do projeto? Se a gente precisasse de técnicos, a Emplasa cederia para nós?

R - Fabiana: Quanto a assessoria técnica eu não saberei te responder. Mas a Emplasa há anos tem contato com os municípios. Podemos avaliar essa possibilidade a partir das demandas dos municípios. Porém, quanto ao fornecimento de dados e mapeamento, a grande maioria já disponível no site da empresa, podem ser fornecidos com certeza.

R - Marcelo: Só fazendo um parêntese, eu acompanho as reuniões dos conselhos das Sub-regiões, essa questão tanto de área de manancial e da própria água vem sendo discutida é objeto de estudo, sobretudo da Emplasa, que como um órgão do estado vem estudando essa questão que deve ter uma diretriz fundamental no PDUI.

R - Audrey Rodrigues: Vereador, essa questão é importantíssima para nós e esse debate nos deixa feliz. Eu acho que independente do PDUI, nós deveríamos realizar mais vezes audiências públicas para tratar de diversos assuntos e dependendo da gravidade do em questão, não deveríamos depender de estar sendo incluso no PDUI, eu acho que são questões até mais sérias, que nós não deveríamos depender do PDUI para esperar uma aprovação. O consórcio está à disposição e a própria prefeitura de Ferraz de Vasconcelos, através de seus técnicos, sempre nos ajudam em algumas situações que são debatidas entre os técnicos. Quero destacar que os grandes problemas da região precisam ser debatidos entre os 11 municípios aqui na região, e a gente tem que estar junto e os 11 municípios que deverão, por sua vez, cobrar providências seja do governo do estado ou do governo federal, seja de uma autarquia ou qualquer outro órgão. Os resultados serão alcançados se a gente tem que estiver caminhando juntos. Um exemplo é a questão da lei específica do Alto Tietê. Nós tivemos um apoio irrestrito da Prefeitura de Ferraz e dos demais municípios e uma legislação beneficiaria ou deixaria de prejudicar quatro outros municípios.

Outra questão aqui é o acesso do rodoanel que abrange outros três municípios e que até hoje não foi finalizado. Apesar de estar no projeto as invasões embaixo do rodoanel e a limpeza embaixo do mesmo são de responsabilidade de alguns municípios, mas nós enquanto consórcio temos por objetivo aproveitar a força dos 11 da região. Estamos caminhando junto, e foi até legal esse debate do PDUI, porque nos trouxe uma visão da qualidade técnica dos funcionários das prefeituras. Quero destacar também aqui, de uma forma justa que um dos municípios que mais tem participado do PDUI é justamente o município de Ferraz de Vasconcelos. Por meio da equipe do secretário Carlinhos e das técnicas Natália e Fernanda estamos

acompanhando esse processo. Criamos também no Consórcio, a Câmara Técnica Legislativa com seus presidentes de câmaras. Nós convidamos os 11 presidentes de câmaras que levam demandas legislativas, apesar de ser um consórcio executivo é um consórcio dos municípios, e essas demandas são levadas depois aos prefeitos para serem discutidas. Por exemplo, a próxima reunião nossa que a ser realizada na Secretaria de Segurança Pública, tem por objetivo debater o tema segurança pública. Não obstante ser uma câmara técnica para presidentes de câmara, ela é aberta para todos os vereadores.

Nós estamos à disposição para cobrar juntos do órgão que for, para buscarmos juntos, as soluções. Obviamente existem algumas demandas que nem o prefeito falou, mas já foram solicitadas de forma expressa. Em alguns casos, nós ainda não obtivemos retorno e as cobranças são frequentes, mas nós estamos à disposição. Na minha opinião, acho que nós, dependendo da gravidade, não deveríamos depender nem mesmo do PDUI. Temos que tentar outros caminhos. O mais importante de tudo e o mais interessante é destacar o pluripartidarismo que existe, por mais que seja difícil num ano eleitoral, a gente trabalha de uma forma para que se consiga beneficiar os munícipes independente de qualquer coisa.

R - Fernanda: Boa noite a todos, eu sou arquiteta da Secretaria de Planejamento, peço licença ao nosso secretário para fazer uma complementação ao posicionamento do vereador e do prefeito. A área de Cambiri se demonstra como uma área de grande interesse, já demonstrado no diagnóstico do Plano Diretor e que vem discutindo e articulando com os municípios há quase 2 anos. Oportunamente na segunda feira, dia 6 de junho nós conseguimos nos reunir com os municípios de Suzano, Poá, Ribeirão Pires e Mauá justamente para tratar de uma lei específica que está relacionada à Bacia do Rio Guaió e de todas as interferências que geram a urbanização e a necessidade de regularização fundiária daquelas áreas para garantir a proteção e preservação dos mananciais. Recentemente começou uma captação, que garante a qualidade da água, então estamos trabalhando nessa articulação com os demais municípios e com a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, cujo secretário estava presente na reunião e tem acompanhado nossa solicitação dado apoio por meio de um outro plano que também está acontecendo, que é o PDPA - Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental. Dessa maneira, estamos caminhando no sentido da lei específica, tentando juntar todos os órgãos Cetesb, Sabesp, DAEE, ou seja, todo mundo que consiga dar uma posição específica para nossa região. Com certeza esse trabalho da lei é algo que reforça a necessidade de uma ação metropolitana para conservação e preservação dessa região. Faremos no dia 24, provavelmente, uma reunião mais expandida desse grupo, convidando Poá, SOS Mata Atlântica, entre outros, porque sabemos da importância de preservar a área que ainda existe e de alguma maneira tentar fazer parcerias de fiscalização, para poder conter as invasões que ocorrem nos municípios. Só para se posicionar aqui, em paralelo ao debate do PDUI, porque trata-se de um debate não só de Ferraz de Vasconcelos mas de toda a Bacia do Guaió.

P - Vereador Tonho: Boa noite, sou vereador em Ferraz de Vasconcelos e eu gostaria de fazer algumas considerações sobre os problemas da nossa região. Ferraz é uma

cidade que praticamente interliga o município de São Paulo com as regiões a qual nos fazemos frente que é a região do Alto Tietê. Nosso maior problema é a falta de acesso às estradas e avenidas que estão próximas de nós. Por exemplo, nos tivemos recentemente a problemática do corredor metropolitano que praticamente liga a região de Arujá, Poá, Itaquaquetuba e Ferraz, mas parece que esse projeto não saiu do papel. Temos acompanhado há anos a implantação do Rodoanel. Assim que o projeto começou foram feitas algumas solicitações e a conclusão é que o rodoanel passou por Suzano, passou por Poá e nos ficamos aqui sem conseguir nada. Nos temos hoje uma boa quantidade de industria mas não conseguimos expandir nosso polo industrial por falta de vias de acesso as rodovias. Quando se fala da região do Alto Tietê todas as cidades tem um eixo de ligação, mas, Ferraz não tem, levamos um tempo enorme para acessar a Rodovia Airton Senna, passando por Poá e Itaquaquetuba e também a Avenida Radial Leste, passando por Guaianases. Eu quero saber se nós podemos solicitar, por meio do PDUI uma alça do Rodoanel e a implantação do Corredor Metropolitano, pelo meu conhecimento, ainda não saiu do papel. Eu sei que o departamento de obras e o departamento de planejamento já tem alguma definição, estamos contemplado no corredor metropolitano. Pergunto: já existe alguma coisa? A Emplasa através do PDUI, e também a prefeitura de Ferraz tem alguma proposta?

R - Fabiana: Eu participo normalmente do grupo de meio ambiente da Emplasa e com relação a essas propostas de transporte, especificamente, eu não tenho acompanhando, não sei se existe alguma proposta nesse sentido, mas ela é bem vinda e pode ser encaminhada, inclusive até fazer esse apontamento para a Secretária de Obras e de repente fazer essa avaliação nesse sentido.

R - Prefeito José Izidro: Eu, o vereador Antonio Carlos e o Silas participamos da última reunião em Arujá sobre o corredor metropolitano e a próxima será aqui em Ferraz e sabemos que o projeto está em curso e que a Secretaria Estadual de Planejamento tem a incumbência de informar os municípios e pedir autorização para o inicio da sondagem do solo que será feita aqui em Ferraz, bem como o Terminal. Com relação a alça de acesso ao Rodoanel, todo projeto foi feito em conjunto com a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Obras de Ferraz. Infelizmente, por contingenciamento de verba foi tirado do orçamento de 2015, mas foi mencionado que em orçamentos futuros, a obra será realizada. Estamos aguardado, inclusive para tratar no Condemat, porque envolve as outras cidades vizinhas: Poá, Itaquaquetuba e Suzano e elas também serão beneficiadas com esse acesso ao rodoanel, até porque Suzano tem problema de acesso. Você sai de Suzano mas você não consegue voltar pelo rodoanel, por exemplo, vocês estão indo para Santo André e São Bernardo pelo rodoanel, mas você não consegue retornar pelo rodoanel você vai cair lá em Itaquaquetuba, e de uma forma muito difícil, você não consegue retornar. Então esse acesso ao rodoanel e a saída do rodoanel, com certeza beneficia uma região muito grande, até de Guaianazes, Poá, Suzano, Ribeirão Pires, Mauá e é muito importante que todas essas cidades estejam engajadas nessa luta pois beneficiaria praticamente 1 milhão de pessoas.

P - Heitor: E a Radial Leste?

R - Prefeito Izidro: A Radial Leste também, foi outro grande projeto, mencionado pelo governo do estado, chamado anteriormente de Radial da Copa, esse projeto seria executado para a Copa de 2014, porém isso não ocorreu e essa via seria de grande importância para nossa cidade e para a nossa região. Nós temos a Guilherme George, que vai ligar Ferraz a Mogi das Cruzes, passando por Suzano e Poá. Esta obra está sendo feita pela prefeitura de Mogi das Cruzes que está arcando com 70% a 80% do valor e quando concluída será muito bom para esta Sub-região.

R - Antônio Carlos: Na realidade a questão do PDUI é um grande avanço para a Região Metropolitana de São Paulo. Nós tivemos uma situação semelhante com relação ao Plano de Disposição do Tietê, com todas as secretarias de algumas cidades da região do Alto Tietê e no final acabou não tendo o resultado esperado, mas eu acredito que com o PDUI, ela vai avançar muito por estar inserida fortemente na questão do desenvolvimento ambiental que hoje é muito respeitada. Em relação a situação da perimetral, que foi batizada de Perimetral da Copa é um projeto global com muitos estudos e avaliações positivas. Na nossa última reunião com a da EMTU, Ferraz de Vasconcelos acabou tendo uma vitória porque no leito onde está traçada a via, temos uma enchentes e terá que ser solucionada para viabilizar a circulação.

R - Cláudio: Em relação a área do Cambiri, tenho ido constantemente ao Ministério Público e a situação fundiária é a seguinte: 70% da área pertence a Prefeitura de São Paulo - Cohab SP, tem matrícula, tem registro, tem tudo. Nas discussões com o Ministério Público, ele acaba não chamando os proprietários da área para discutir, porém, a gente sabe que a preservação do meio ambiente de uma área que é comum a todos é muito importante, mas parece que não há interesse em chamar o governo do estado. A gente tem o vice-presidente da Cetesb, o promotor de justiça, ele mesmo disse numa reunião aqui em Ferraz de Vasconcelos que a responsabilidade pelo meio ambiente é comum a todos. Nós somos responsáveis, estamos licenciando, mas na hora da fiscalização não temos apoio jurídico. Nesta questão sentimos um pouco a ausência do governo de estado e é preciso urgência, chamamos o responsável pela regularização fundiária da Cidade de São Paulo, o Miguel, que foi secretário de Suzano e ele falou assim para mim: "A Prefeitura de São Paulo não pode fiscalizar a área dela do Cambiri porque a polícia, a guarda municipal, não pode entrar em outro município". Enquanto isso o pessoal continua desmatando, construindo em área de risco, de forma descontrolada e nós precisamos de uma solução urgente para essa área.

R. Fabiana: Certos problemas já estão sendo conversados junto aos consórcios, nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento da RMSP, que é composto por representantes de cada um dos 39 municípios. Algumas questões já estão sendo levadas ao conhecimento dos representantes do Governo do Estado. O PDUI irá virar uma lei até o final do lei e a governança interfederativa com a participação da união, Estado e municípios isso tudo pode estar muito bem documentado na lei do Plano quando ele for aprovado. Portanto, esta é uma grande oportunidade para os municípios resolverem os conflitos.

P - Osmail: Sou de Salesópolis e estou muito satisfeito de participar desta discussão, pois já era hora de fazer algo porque o desenvolvimento da mobilização urbana da Região Metropolitana de São Paulo está muito intensa. Até a nossa Salesópolis, que é mais tranquila e bucólica está sentindo essa pressão e essa dificuldade de locomoção. Eu acredito que as oficinas trarão um maior dinamismo para o evento e eu gostaria de ressaltar a importância da sociedade civil na participação desses eventos, ela é muito importante. Os agentes políticos são essenciais, porque é daqui que saem todas as ideias, mas quem traz mesmo os problemas, as temáticas é o povo, é a sociedade civil organizada que contribui de forma mais decisiva e busca realmente concretizar seus anseios. As vezes o vereador apoia um determinado local e não conhece o outro local, e assim a sociedade civil como um todo, participando desses eventos, faz um mix melhor desse problema e traz para poder público resolver.

R - Fernanda: Só mais um posicionamento nosso que temos acompanhado o processo dessa gestão de questionamento. Do corredor metropolitano, a própria Secretaria dos Transportes Metropolitanos de São Paulo leva para o PDUI tudo que é projeto futuro, mas já estão construindo e é material de discussão no PDUI, inclusive o que está no PITU 2020 tudo isso que está projetado para acontecer, de alguma maneira já está sendo previsto, a gente entende que quanto mais ele é levado para o PDUI, mais será eficaz cobrar a execução dos projetos no futuro e recursos para implantar. O Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana também já foi pauta de discussão no PDUI este ano, em relação à alça do rodoanel, também, está sendo discutido no GT de transporte e mobilidade. O Grupo está considerando o rodoanel também, como completo, embora, o trecho norte ainda esteja em execução e as alças previstas para que a gente consiga prever os impactos físicos que vão gerar no futuro e toda a mudança de zoneamento e crescimento econômico que isso pode gerar.

P - Antonio Carlos: Então nós ainda temos uma forma de cobrar, embora a gente ainda não saiba quando isso vai acontecer e vamos colocar o plano experimental, chamado experimental da Copa, já foi até palco do GT, nós como Prefeitura de Poá, levamos essa proposta que foi longamente discutida no Condemat, há um tempo, que é município metropolitano, justamente a fim de tentar realizar esses projetos que existiam e tinham caráter metropolitano, e tinham o motivo de não parar o que a gente está tentando descrever, por isso é importante ter o máximo de propostas possível para que depois consiga achar recursos para esses resultados. É isso mesmo que podemos fazer?

R - Cida Sena: Sou Representante da Educação de Jovens e Adultos - EJA e em conversa com os frequentadores dos cursos ouço o pessoal dizer que quem mora na região do Cambiri sofre muito com tudo isso que foi colocado e quero aqui ressaltar que o transporte para os estudantes, jovens e adultos deve ser prioridade. Para a gente, enquanto professor do Alto Tietê, ressaltamos que não temos uma universidade pública no Alto Tietê. O Alto Tietê fica prejudicado em relação a isso, porque os professores precisam sair daqui para ir para uma universidade pública em Guarulhos, tudo fica muito difícil Peço que seja pensado no plano a possibilidade de termos uma universidade pública para a classe de professores do Alto Tietê.

Fátima - Eu queria saber sobre os parques lineares, porque como eu faço monitoramento de córregos, quero saber, em nome meu grupo, que se chama Cabaneiros. Uma vez por mês, a gente vai até o córrego, fazer a análise e depois manda o resultado para o SOS Mata Atlântica. Eu já fiz parte deste monitoramento em 2004 e retornei agora em 2014. O que eu vejo com o grupo é uma situação de dicotomia entre a Sabesp e Prefeitura quando nos colocamos que consideramos que o córrego não é lata de lixo, é um corredor em que o rio está passando. Vamos canalizar, mas estamos com bastantes problemas de enchentes; você canaliza tudo e aí o que acontece? Não tem como escoar essa água, vamos canalizar o córrego? Não, vamos canalizar o esgoto, e aí quando vão fazer limpeza no córrego, aí não sei se é a Secretaria de Serviços Urbanos ou se é a Secretaria de Obras. A limpeza que eles fazem é assim: eles abrem o córrego, tiram um monte de terra que fica nas margens do córrego e quando nós, do grupo de monitoramento vamos lá fazer alguma ação, fazer um plantio de mudas de árvores, não temos como plantar, porque todo o entulho do rio está em suas margens. A minha posição é essa: a Sabesp não deve canalizar o córrego, mas sim o esgoto para tratá-lo e assim a água vai com o tempo limpando. Quanto ao município, este deve implantar os parques lineares. Mas na realidade quando a gente faz uma reclamação com a prefeitura da situação do córrego, a resposta é: isso aqui é com a Sabesp. A Sabesp joga para a prefeitura, então Fabiana, neste caso, o parque linear a canalização do esgoto, já tem esse projeto da Sabesp? Isso vai acontecer? ou nós como grupo de monitoramento, representando a sociedade civil, a gente tem que enviar um projeto para eles?

R - Fabiana: A maioria dos rios estão canalizados e a intenção não é esta, canalizar um rio ou canalizar um córrego, e sim, o esgoto, e não levar este esgoto para o rio ou córrego. Você sim, enquanto ONG, enquanto sociedade civil organizada pode enviar o seu projeto, a sua proposta que com certeza, a partir dessa demanda criada o grupo de trabalho relacionado ao meio ambiente chamará os interessados nisso: Sabesp, Cetesb e os municípios envolvidos. Eu não sei dizer o que a Sabesp tem hoje com relação a isso, mas havendo essa demanda e essa proposta na plataforma, isso vai ser levado ao grupo de trabalho que identificará quais são os atores envolvidos, que por sua vez serão chamados para participar de uma conversa, para de repente elaborar uma proposta, uma complementação ou então, dizerem que isso não é possível! Também pode ser, então vai ser chamado para uma conversa para articular a resolução ou qual vai ser a atenção dada, se vai ser incluído no plano ou não. Ou se a Sabesp em seu próprio plano setorial consegue resolver essa questão ou não.

Encerramento

Para encerrar, a técnica da Emplasa tomou a palavra e em nome do Prefeito José Izidro Neto, o departamento de cerimonial e relações públicas da prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, agradece a presença e a participação de todos e reforçou que as oficinas de trabalho e audiências regionais serão marcadas ao longo deste ano, para que se chegue ao último trimestre com propostas claras e pactuadas por todos, a fim de que se proponha à Assembleia Legislativa paulista um Projeto de Lei realmente consistente e representativo dos anseios da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo e deu por encerrada a audiência

de mobilização no município de Ferraz de Vasconcelos do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado na Região Metropolitana de São Paulo.